



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas



31 de dezembro de 2025 e 2024



Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	15
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	18
4. GERENCIAMENTO DE RISCOS	19
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	21
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	23
8. OUTROS CRÉDITOS E ADIANTAMENTOS.....	24
9. INVESTIMENTOS.....	25
10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	26
11. FORNECEDORES	30
12. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	30
13. OUTRAS CONTAS A PAGAR	30
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	31
15. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	32
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
17. RECEITA LÍQUIDA	33
18. GASTOS POR NATUREZA	35
19. RECEITA FINANCEIRA	36
20. RESULTADO POR AÇÃO	36
21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	37
22. SEGUROS.....	37
23. ARRENDAMENTO OPERACIONAL.....	37
24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DO FLUXO DE CAIXA	38



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e *Stakeholders*,

É com grande satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, representando o segundo ano operacional da Companhia desde sua constituição.

A EVMOB nasceu com o propósito de liderar a transição energética no segmento de mobilidade corporativa, atuando exclusivamente na locação de veículos comerciais 100% elétricos. Nosso modelo de negócios está fundamentado na oferta de soluções sustentáveis, economicamente eficientes e alinhadas às demandas ambientais e regulatórias do mercado brasileiro.

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação operacional e financeira da Companhia, expansão da frota e estruturação dos principais contratos comerciais. Seguimos direcionando investimentos relevantes à aquisição de veículos elétricos e ao fortalecimento da estrutura operacional, refletindo nossa estratégia de crescimento e posicionamento de longo prazo.

Nosso foco permanece na construção de uma base sólida de clientes corporativos, com contratos de médio e longo prazo, previsibilidade de receitas e geração de valor sustentável aos acionistas.

Acreditamos que o mercado de locação de veículos elétricos comerciais apresenta elevado potencial de crescimento, impulsionado por:

- **Redução de custo total de propriedade (TCO);**
- **Compromissos ESG das empresas;**
- **Necessidade de descarbonização das cadeias logísticas.**

Encerramos o exercício confiantes na robustez do modelo de negócios e preparados para ampliar nossa atuação em 2026, mantendo disciplina financeira, governança adequada ao estágio da Companhia e foco na geração de valor de longo prazo.

A Administração agradece aos colaboradores, clientes, parceiros e acionistas pela confiança depositada.

Atenciosamente,
Lucas Zanon
CEO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

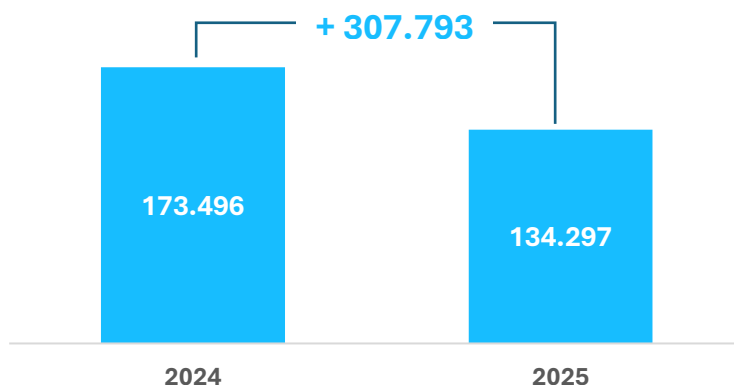
Estratégia de Investimento

A Companhia direciona seus investimentos prioritariamente para a aquisição de veículos 100% elétricos de fabricantes reconhecidos globalmente, assegurando elevado padrão de qualidade, confiabilidade operacional e eficiência energética. Ao optar pela aquisição de veículos prontos, em vez de sua produção própria, a Companhia mantém foco em seu core business — a locação e gestão de frotas elétricas — oferecendo aos clientes um portfólio diversificado de modelos tecnologicamente avançados e ambientalmente sustentáveis.

Paralelamente à expansão da frota, a Companhia realiza investimentos relevantes na implantação e ampliação de infraestrutura de recarga dedicada. A estratégia contempla a instalação de carregadores majoritariamente nas dependências dos próprios clientes, especialmente em centros de distribuição e bases operacionais, proporcionando maior eficiência logística, previsibilidade operacional e conveniência no carregamento dos veículos.

Adicionalmente, a Companhia desenvolve soluções inteligentes de gestão energética, integrando tecnologia e monitoramento para otimizar o consumo de energia elétrica, assegurar a estabilidade da infraestrutura instalada e preparar os clientes para a expansão contínua da mobilidade elétrica. Essa abordagem fortalece a confiabilidade do modelo operacional e contribui para a redução consistente das emissões de gases de efeito estufa.

Nos exercícios findos de 2024 e 2025, a Companhia investiu o montante total de R\$ 307.793 na aquisição de veículos elétricos e equipamentos de recarga destinados à locação. Esse volume de investimentos evidencia a consolidação da estratégia de crescimento, a expansão da base de ativos operacionais e o avanço estrutural do processo de eletrificação de frotas comerciais no Brasil.





Desempenho Econômico Consolidado

	12M25	12M24	Δ
Receita líquida	53.477	6.721	46.756
Custo	(26.079)	(4.974)	(21.105)
Lucro bruto	27.398	1.747	25.651
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>51%</i>	<i>26%</i>	<i>25 p.p</i>
(-) Despesas administrativas e comerciais			
(-) Despesas comerciais	(4.399)	(1.284)	(3.115)
(-) Despesas administrativas	(25.297)	(19.942)	(5.355)
(-) Despesas administrativas	(519)	-	(519)
(-) PECLD	(1)	(53)	52
EBIT	(2.818)	(19.532)	16.714
<i>Margem EBIT (%)</i>	<i>(5%)</i>	<i>(291%)</i>	<i>285 p.p</i>
(-) Depreciação e amortizações	22.795	3.543	19.252
EBITDA	19.977	(15.989)	35.966
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>37%</i>	<i>(238%)</i>	<i>275 p.p</i>

Receita de locação

No exercício de 2025, primeiro ano completo de operação da Companhia, foi registrado crescimento relevante na receita líquida de locação, que totalizou R\$ 53.477, comparativamente a R\$ 6.721 no exercício de 2024, representando um incremento de R\$ 46.756 no período.

Esse desempenho reflete a consolidação das operações, a expansão da frota e a maturação dos contratos firmados ao longo do exercício anterior, evidenciando a evolução do modelo de negócios e o fortalecimento da presença da Companhia no mercado de locação de veículos 100% elétricos.

EBITDA

Em 2025, a Companhia atingiu EBITDA positivo de R\$ 19.977, revertendo o resultado negativo de R\$ 15.989 registrado em 2024.

A melhora substancial do indicador decorre principalmente da consolidação das operações ao longo do exercício, ganhos de eficiência operacional, diluição de custos fixos, maior taxa de utilização da frota e gestão disciplinada de despesas administrativas e operacionais. Esse resultado demonstra a evolução da estrutura operacional e a capacidade de geração de caixa do negócio em sua fase de maturação.



Responsabilidade socioambiental

Desde a sua constituição, a Companhia tem incorporado os princípios de Responsabilidade Ambiental, Social e Governança (ESG) como pilares estratégicos do seu modelo de negócios, alinhando crescimento econômico à geração de impacto socioambiental positivo. A atuação da Companhia está diretamente relacionada à transição energética e à descarbonização do setor de transportes, por meio da oferta de soluções completas de mobilidade elétrica, incluindo frota, infraestrutura de recarga e sistemas de monitoramento e gestão.

Em 2025, a operação contribuiu de forma mensurável para a redução de emissões de gases de efeito estufa, evitando a emissão de aproximadamente 1.000 toneladas de CO₂, resultado diretamente associado à substituição de veículos a combustão por veículos 100% elétricos.

Adicionalmente, a Companhia adota práticas de eficiência energética, monitoramento em tempo real da performance da frota e gestão inteligente da infraestrutura de recarga, assegurando maior racionalização do consumo de energia e transparência na mensuração dos impactos ambientais evitados.

Governança Corporativa

A Companhia mantém estrutura de governança orientada por princípios de ética, integridade e transparência. O Programa de Integridade contempla políticas e procedimentos voltados à prevenção de riscos, conformidade regulatória, conduta ética e combate à corrupção.

A administração entende que a governança sólida é elemento fundamental para a sustentabilidade do negócio, assegurando alinhamento entre gestão, investidores, clientes e demais partes interessadas.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Apesar de não ter capital aberto, a Companhia optou por seguir as melhores práticas de governança corporativa ao contratar auditores independentes para suas informações contábeis intermediárias. Esta decisão visa assegurar a transparência e a precisão dos relatórios contábeis, proporcionando confiança aos investidores, parceiros e outras partes interessadas.

A Companhia escolheu a KPMG como auditora para suas informações contábeis anual, reafirmando seu compromisso com a transparência e a conformidade com as melhores práticas contábeis. Os números foram elaborados seguindo os padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), garantindo consistência e comparabilidade global em suas operações e divulgações financeiras. Esta parceria com uma renomada firma de auditoria fortalece a credibilidade das informações financeiras da Companhia, assegurando aos *stakeholders* uma avaliação precisa e confiável de seu desempenho e saúde financeira.



Declarações da Diretoria

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Infra BR V Mobilidade Holding I S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que:

- a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024; e
- b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Infra BR V Mobilidade Holding I S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infra BR V Mobilidade Holding I S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidadas, da Infra BR V Mobilidade Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das receitas operacionais da única controlada da Companhia é realizada com apenas dois clientes, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individual e consolidada tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Mai

Contador CRC 1SP215290/O-4



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		12M25	12M24	12M25	12M24			12M25	12M24	12M25	12M24
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	171	41.055	19.939	50.442	Fornecedores	11	-	-	15.539	14.446
Contas a receber de clientes	7	-	-	12.987	5.711	Obrigações com pessoal	12	-	-	8.431	6.447
Tributos a recuperar	-	4	-	1.564	469	Tributos a recolher	-	1	2	26	33
Outros créditos e adiantamentos	8	-	-	3.092	877	Arrendamento de direito de uso	23	-	-	399	-
		175	41.055	37.582	57.499	Outras contas a pagar	13	8	165	1.928	95
								9	167	26.323	21.021
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Contas a receber de clientes	7	-	-	90	-	Arrendamento de direito de uso	23	-	-	3.463	-
Outros créditos e adiantamentos	8	-	-	50	-	Outras contas a pagar	13	-	-	2.071	475
Impostos diferidos	14	-	-	4.875	6.110			-	-	5.534	475
Investimentos	9	296.264	171.541	-	-	Patrimônio Líquido					
Imobilizado	10	-	-	285.688	170.304	Capital social	16	332.432	224.447	332.432	224.447
Intangível	10	-	-	2	12	Prejuízo do exercício	-	(36.002)	(12.018)	(36.002)	(12.018)
		296.264	171.541	290.705	176.426			296.430	212.429	296.430	212.429
Ativo total		296.439	212.596	328.287	233.925	Passivo total		296.439	212.596	328.287	233.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		12M25	12M24	12M25	12M24
Receita Líquida	17	-	-	53.477	6.721
Custos de prestações de serviços	18	-	-	(26.079)	(4.974)
Lucro bruto		-	-	27.398	1.747
Despesas administrativas	18	(8)	(165)	(25.297)	(19.942)
Despesas comerciais	18	-	-	(4.399)	(1.284)
Outras receitas e despesas operacionais	18	(108)	-	(519)	-
Perdas esperadas com contas a receber	7	-	-	(1)	(53)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(116)	(165)	(2.818)	(19.532)
Resultado financeiro	19	10	6	4.770	1.404
Receita financeira	19	12	6	5.014	1.407
Despesa financeira	19	(2)	-	(244)	(3)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(23.878)	(11.859)	(24.701)	-
Prejuízo antes dos impostos diretos		(23.984)	(12.018)	(22.749)	(18.128)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	(1.235)	6.110
Prejuízo do exercício		(23.984)	(12.018)	(23.984)	(12.018)
Resultado por ação (em reais)				(0,09)	(0,14)



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	12M25	12M24	12M25	12M24
Prejuízo do exercício	(23.984)	(12.018)	(23.984)	(12.018)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes	(23.984)	(12.018)	(23.984)	(12.018)



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Ajustes patrimoniais	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024		1	-	-	-	1
Subscrição de ações	16	299.999	(299.999)	-	-	-
Integralização de capital	16	-	224.446	-	-	224.446
Prejuízo do exercício		-	-	(12.018)	-	(12.018)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024		300.000	(75.553)	(12.018)	-	212.429
Integralização de capital	16	50.000	57.985	-	-	107.985
Resultado de variação de participação em coligadas	9 e 2.3	-	-	-	(24.704)	(24.704)
Liquidação por extinção de coligadas	9 e 2.3	-	-	-	24.704	24.704
Prejuízo do exercício		-	-	(23.984)	-	(23.984)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025		350.000	(17.568)	(36.002)	-	296.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		12M25	12M24	12M25	12M24
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos impostos diretos	-	(23.984)	(12.018)	(22.749)	(18.128)
Depreciação e amortização	10	-	-	22.795	3.543
Provisão de bônus	12	-	-	1.174	5.167
Equivalência patrimonial	9	23.878	11.859	24.701	-
Extinção de investida	9	108	-	108	-
Baixa de ativos operacionais	10	-	-	617	-
Provisão de juros sobre arrendamento	23	-	-	77	-
Perdas esperadas com contas a receber	7	-	-	1	53
		2	(159)	26.724	(9.365)
Fluxo de caixa operacional					
Contas a receber de clientes	7	-	-	(7.367)	(5.764)
Fornecedores	11	-	-	4.999	14.446
Obrigações trabalhistas	12	-	-	810	1.280
Impostos recuperáveis e a recolher	-	(3)	1	(1.102)	(437)
Outros créditos e adiantamentos	8	-	-	(2.265)	(876)
Outras contas a pagar	13	(159)	165	3.429	570
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais antes da aquisição de ativos operacionais		(160)	7	25.228	(146)
Aquisição de ativo imobilizado para locação	24	-	-	(138.203)	(173.496)
		(160)	7	(112.975)	(173.642)
Fluxo de caixa das atividades investimentos					
Investimento em controlada	9	(148.709)	(183.399)	(24.809)	-
Aquisição de investimentos tangíveis e intangíveis	10	-	-	(377)	(363)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(148.709)	(183.399)	(25.186)	(363)
Fluxo de caixa das atividades financiamento					
Arrendamento de direito de uso	23	-	-	(327)	-
Recebimento de aporte de capital	16	107.985	224.446	107.985	224.446
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		107.985	224.446	107.658	224.446
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		(40.884)	41.054	(30.503)	50.441
Fluxo de caixa operacional					
Saldo inicial	5	41.055	1	50.442	1
Saldo final	5	171	41.055	19.939	50.442
Aumento líquido em caixa e equivalente de caixa		(40.884)	41.054	(30.503)	50.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

	Controladora		Consolidado	
	12M25	12M24	12M25	12M24
(+) Receitas	-	-	58.938	7.353
Locações de veículos, líquidas de cancelamentos	-	-	58.939	7.406
Perdas esperadas com contas a receber	-	-	(1)	(53)
(-) Insumos adquiridos	(116)	(165)	(12.976)	(6.399)
Custo de locação de veículos bruto (incluindo impostos)	-	-	(4.723)	(483)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(116)	(165)	(7.867)	(5.916)
Perdas na realização de demais ativos, líquidas	-	-	(386)	-
(=) Valor adicionado bruto	(116)	(165)	45.962	954
(-) Retenções	-	-	(22.795)	(3.543)
Depreciação e amortização	-	-	(22.795)	(3.543)
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(116)	(165)	23.167	(2.589)
(+) Valor adicionado recebido em transferência	(23.861)	(11.850)	(19.430)	1.488
Resultado de equivalência patrimonial	(23.878)	(11.859)	(24.701)	-
Receita financeiras, bruta de impostos	17	9	5.271	1.488
(=) Valor adicionado total a distribuir	(23.977)	(12.015)	3.737	(1.101)
(=) Distribuição do valor adicionado	(23.977)	(12.015)	3.737	(1.101)
Pessoal	-	6	24.868	16.715
Remuneração direta	-	-	18.735	12.803
Benefícios	-	-	4.617	2.909
FGTS	-	-	649	520
Outros	-	6	867	483
Impostos, taxas e contribuições	5	(3)	2.609	(5.795)
Tributos federais	5	(3)	913	(6.280)
Tributos estaduais	-	-	1.696	485
Remuneração de capitais de terceiros	2	-	244	(3)
Despesas financeiras	2	-	244	(3)
Remuneração de capitais próprios	(23.984)	(12.018)	(23.984)	(12.018)
Prejuízo do exercício	(23.984)	(12.018)	(23.984)	(12.018)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia

A INFRA BR V Mobilidade Holding I S.A., denominada “Infra BR V” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, cujo objeto social consiste no investimento em empresas voltadas à gestão e terceirização de frotas 100% elétricas.

Atualmente, a Infra BR V detém 100% de participação na EVM Evolution Mobility S.A., denominada “Controlada”, também sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, cujo objeto social é a gestão, operação e terceirização de frotas de veículos 100% elétricos, incluindo a disponibilização de veículos, implementos, infraestrutura de recarga e serviços associados. A Controlada possui filiais em quatro municípios no território nacional e uma filial no Distrito Federal. A Controladora e sua Controlada, em conjunto denominadas “Grupo”, iniciaram suas operações em janeiro de 2024. Desde então, o Grupo vem apresentando crescimento acelerado e consolidação de suas atividades, com atuação relevante nos segmentos de rodovias, e-commerce e operações de *last-mile*, atendendo clientes de médio e grande porte.

Como parte de sua estratégia de crescimento e mitigação de riscos, o Grupo vem promovendo a diversificação de sua base de clientes, bem como a ampliação de sua capacidade operacional e de escala, com foco em grandes players e contratos de longo prazo, buscando ganhos de eficiência operacional e diluição de custos fixos.

Com operações no Brasil, o Grupo atua como uma plataforma integrada de eletrificação de frotas comerciais, oferecendo uma solução completa e personalizada para seus clientes. Seu modelo de negócios está baseado na locação de longo prazo, contemplando o fornecimento de veículos elétricos, implementos, infraestrutura de recarga, sistemas de gestão e serviços de suporte operacional.

A proposta de valor do Grupo consiste em viabilizar a transição para frotas elétricas de forma economicamente eficiente, proporcionando redução de custos operacionais, aumento da eficiência logística e diminuição significativa das emissões de carbono, alinhando desempenho financeiro à agenda de sustentabilidade.

O Grupo mantém como diretriz estratégica o compromisso com a transição energética e a mobilidade sustentável, posicionando-se como um agente relevante na descarbonização do transporte comercial e no desenvolvimento de soluções inovadoras para seus clientes.

O Grupo é controlado indiretamente pelo Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo gerido por entidade independente e com ampla experiência em investimentos no setor de infraestrutura.



2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil (“BRGAAP”) emitidas pelo CPC “Comitê de Pronunciamentos Contábeis” e de acordo com a normas internacionais (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitida pelo IASB “*Internacional Accounting Standards Board*”, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras e também estão apresentadas de forma condizente com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes estão sendo apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

O Grupo aplica a Orientação Técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento e representando de forma fidedigna sua essência.

2.3. Participação societária

A Controladora e sua Controlada EVM Evolution Mobility S.A. realizaram operações entre partes relacionadas (intercompany) ao longo do exercício, incluindo pagamentos efetuados pela Controlada referentes a serviços contratados originalmente pela Controladora. Tais transações intercompany, bem como os investimentos mantidos entre a Controladora e a Controlada, foram integralmente eliminados no processo de consolidação, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou investimento na coligada Investimento Infraestrutura Brasil Holding XIV S.A. (“IBH XIV”), no montante de R\$ 24.809, destinado ao custeio de gastos pré-operacionais da EVM Evolution Mobility S.A.. Em outubro de 2025, a IBH XIV foi extinta gerando uma perda de R\$ 24.704 registrada no grupo de ajustes patrimoniais no patrimônio líquido.

Considerando que a Companhia não detinha controle nem influência significativa sobre a IBH XIV, tal investimento não foi incluído na base de consolidação do Grupo, sendo tratado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

2.4. Período das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas têm como base os exercícios de apuração de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2025 e de 2024, representando todas as transações ocorridas nos exercícios de 2025 e de 2024.



2.5. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais mil (R\$), moeda funcional da Companhia e da sua controlada, com saldos arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração divulga as premissas e estimativas que afetarão a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores a serem reportados de ativos, passivos, receitas e despesas nos períodos subsequentes.

As estimativas e premissas serão revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas serão reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis que requerem julgamentos serão essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e imprecisão. As premissas e estimativas contábeis a serem utilizadas nos períodos subsequentes estão demonstradas nas seguintes notas explicativas:

<u>Estimativa</u>	<u>Nota Explicativa</u>
Mensuração de perdas esperadas com contas a receber de clientes	7
Valor residual e mensuração da vida útil do ativo imobilizado	10
Teste de perda por redução ao valor recuperável (ativo imobilizado)	10
Reconhecimento de ativos fiscais diferidos	14

2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.8. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Infra BR V por não ser uma companhia de capital aberto não tem obrigação de publicar a DVA, porém o Grupo está divulgando de forma suplementar sem prejuízo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Novas normas contábeis e tributárias

I) Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A Reforma estabelece a substituição gradual dos tributos atuais por um modelo de Imposto sobre Valor Agregado repartido (“IVA Dual”), composto por um tributo de competência federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), e um tributo de competência subnacional (Estados e Municípios), o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), os quais substituirão o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme critérios que serão definidos por meio de Leis Complementares (“LC”).

A implementação do novo sistema tributário ocorrerá por meio de um período de transição de 2024 a 2032, durante o qual os regimes tributários atual e novo coexistirão, com a redução gradual das alíquotas dos tributos substituídos e o aumento progressivo das alíquotas do IBS e da CBS. Diversos aspectos relevantes da Reforma, incluindo alíquotas, regras de creditamento, regimes específicos e obrigações acessórias, dependem de regulamentação por Leis Complementares, atualmente em fase de discussão no Congresso Nacional.

A Administração do Grupo acompanhou de forma contínua a evolução normativa da Reforma Tributária e concluiu os estudos de avaliação dos impactos financeiros, operacionais e sistêmicos decorrentes da adoção do novo modelo tributário, considerando o seu modelo de negócios, especialmente as operações de locação de veículos elétricos.

Como resultado desses estudos, o Grupo realizou as adequações necessárias em seus sistemas fiscais, contábeis e de faturamento, encontrando-se apta a iniciar a emissão de notas fiscais contemplando os novos tributos IBS e CBS, em conformidade com as regras aplicáveis ao período de transição, bem como com os layouts e exigências atualmente divulgados pelos entes reguladores.

Até a presente data, com base nas informações disponíveis e na regulamentação já publicada, não foram identificados impactos relevantes que afetem significativamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa do Grupo. Eventuais impactos adicionais poderão ser reconhecidos prospectivamente, à medida que novas Leis Complementares e atos normativos venham a ser editados, os quais continuarão sendo monitorados pela Administração.



II) Normas emitidas pelo CPC/IAS/IFRS efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025

Apresentação das Demonstrações Financeiras

- Tipo:** Substituição do CPC 26/IAS 1 pela IFRS 18.
- Vigência:** a partir de 1º de janeiro de 2027.
- Objetivo:** Alterar o padrão de apresentação da DRE, As entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
- Status:** O Grupo está se preparando para devida implantação, porém não são esperados grandes impactos da norma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

III) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

3.1. Política

As informações estão sendo apresentadas substancialmente em relação ao negócio do Grupo, com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional são os Diretores.

Os ativos, passivos e resultados apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.



O segmento operacional do Grupo consiste na atividade de locação de veículos elétricos, para que seja concluída a locação dos veículos elétricos pode ocorrer em haver a necessidade de instalação de carregador elétrico e alteração na infraestrutura elétrica. Os gastos com os carregadores e com a infraestrutura elétrica são precificados e diluídos na mensalidade ou cobrado como adicional na locação do veículo, portanto não são considerados como segmento. O Grupo não oferece locação de carregadores e serviços de infraestrutura elétrica isoladamente da locação de veículos.

3.2. Principais clientes

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía clientes com a representatividade de 13% e 64% do faturamento (26% e 58% respectivamente em 31 de dezembro de 2024). Seguindo a linha estratégica e redução de exposição centralizada, o Grupo vem trabalhando em contratos de locações com novos clientes reduzindo o risco de dependência financeira.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

É a atividade coordenada para dirigir e controlar o Grupo no que se refere a riscos, mediante a uma estrutura representada por um conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de todo o Grupo.

Os Riscos Financeiros são riscos que decorrem da possibilidade de perdas financeiras pelo Grupo e consideram as dimensões de **Riscos de Mercado (juros), de Crédito e de Liquidez**.

4.1. Riscos de mercado (juros)

Decorrem da possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e outros.

Os riscos de taxas juros decorrem das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos. Nossa preferência é manter todos os ativos e passivos financeiros atrelados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Com o ativo e passível atrelados ao CDI, o nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros é relativamente baixo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não possuía ativos e passivos financeiros expostos a riscos de taxas de juros.

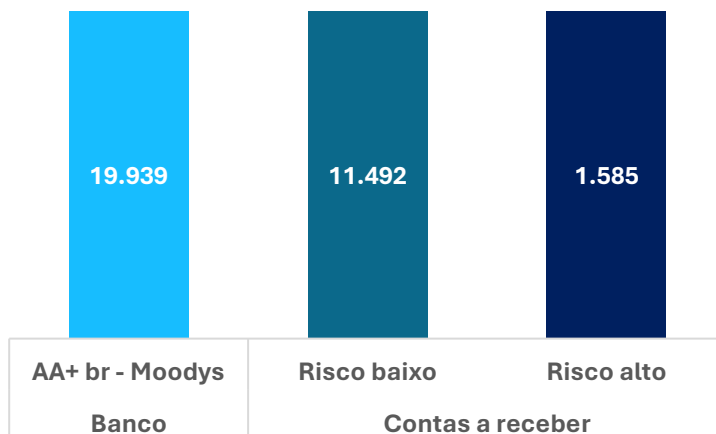
4.2. Riscos de crédito

Derivam da possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de uma contraparte não cumprir uma obrigação financeiras prevista em um contrato, gerando perdas para o Grupo. As principais exposições do grupo são: depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.



O Grupo classifica os riscos dos depósitos bancários e aplicações financeiras com bases na Moody's (agência internacional de avaliação de riscos de crédito), para as contas a receber de clientes o Grupo classifica os riscos de crédito de acordo com a política de crédito vigente.

A seguir a exposição do Grupo em 31 de dezembro de 2025:



4.3. Riscos de liquidez

Decorrem da possibilidade de perda em razão da incapacidade de realização de uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos circulantes.

O Grupo gerencia seu fluxo de caixa e liquidez periodicamente, estabelecendo montantes mínimos de caixa baseado no fluxo operacional e fluxo de financiamento, garantindo recurso o suficiente para manutenção de seus compromissos.

Demonstramos os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros incluindo principal mais os juros futuros estimados quando aplicável estão apresentados conforme a seguir:

	12M25		
	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratado	Em até 6 meses
Passivos financeiros			
Fornecedores a pagar	15.539	15.539	15.539
Total de passivos financeiros	15.539	15.539	15.539



5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. Política contábil

São instrumentos financeiros quaisquer transações que deem origem a um ativo financeiro para o Grupo e um passivo financeiro/instrumento patrimonial a outra entidade.

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo classificados em níveis hierárquicos (nível 1, nível 2 e nível 3) e categorizados em métodos de mensuração (custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes).

O valor justo é o valor pelo qual um instrumento financeiro pode ser negociado em uma transação em que não há favorecidos e em que as partes estejam informadas e dispostas a transacionar.

Os níveis hierárquicos determinam a forma de mensuração do instrumento financeiro, são eles:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis.

Todos os instrumentos financeiros do Grupo estão classificados nessa categoria, que utiliza de técnicas de avaliação do valor justo que incluem em:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- (ii) Análise de fluxos de caixa descontados.

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

Abaixo segue o valor justo dos instrumentos financeiros por categoria e seus respectivos níveis hierárquicos.

	Controladora			
	12M25		12M24	
	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	171	171	41.055	41.055
Instrumentos financeiros líquidos	171	171	41.055	41.055



	Consolidado			
	12M25		12M24	
	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.680	1.680	41.364	41.364
Contas a receber de clientes	12.987	12.987	5.711	5.711
Mensurados pelo valor justo				
Aplicações financeiras com liquidez diária	18.259	18.259	9.078	9.078
Passivos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores a pagar	(15.539)	(15.539)	(14.446)	(14.446)
Instrumentos financeiros líquidos	17.387	17.387	41.707	41.707

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e os depósitos bancários à vista que são mensurados a custo amortizado e as aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

6.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	12M25	12M24	12M25	12M24
Caixa e bancos				
Depósitos bancários	171	41.055	1.680	41.364
Aplicações financeiras com liquidez diária	-	-	18.259	9.078
Total	171	41.055	19.939	50.442

Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo possuía aplicações financeiras com liquidez diária rentabilizando 100,5% do CDI (100,7% do CDI em 31 de dezembro de 2024).



7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

7.1. Política contábil

A composição do saldo de contas a receber de clientes será originada pela locação de veículos e vendas de ativo imobilizado operacionais (ativos que foram utilizados na operação de locação de veículos), no curso normal das atividades do Grupo.

As características, metodologia de reconhecimento e mensuração de cada categoria do saldo de contas a receber de clientes estão demonstradas abaixo:

	Locações de veículos a receber	Venda ativos operacionais a receber	Perdas esperadas de crédito de contas a receber
Características	Contratos de locações de frotas de veículos elétricos de médio a longo prazo de até 10 anos.	Ao fim dos contratos de locação de veículos elétricos o Grupo venderá o ativo utilizado na locação.	As perdas esperadas de crédito são analisadas individualmente, inclusive no momento de precificação de cada projeto.
Reconhecimento	O reconhecimento é feito por medições mensais proporcionais aos dias incorridos de locação.	O reconhecimento é feito quando o cliente recebe o ativo e toma posse dele.	O reconhecimento é feito mensalmente de acordo com análise de liquidez do cliente.
Mensuração	É mensurado ao custo amortizado.	É mensurado ao custo amortizado.	É mensurado ao custo amortizado. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.

7.2. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Locação de veículos a receber	13.131	5.764
Perdas esperadas	(54)	(53)
Total	13.077	5.711
Ativo circulante	12.987	5.711
Ativo não circulante	90	-
Total	13.077	5.711



7.3. Aging list

	Consolidado	
	12M25	12M24
A vencer		
Até 30 dias	4.722	1.624
De 31 a 60 dias	4.687	829
De 61 a 90 dias	3.492	3.223
Acima de 360 dias	90	-
Total a vencer	12.991	5.676
Vencidos		
Até 30 dias	128	88
Até 60 dias	5	-
Acima 90 dias	7	-
Total vencido	140	88
Total	13.131	5.764

7.4. Movimentação de perdas esperadas com contas a receber de clientes

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-
Adições	(53)
Saldo em 31 de dezembro 2024	(53)
Adições	(1)
Saldo em 31 de dezembro 2025	(54)

8. OUTROS CRÉDITOS E ADIANTAMENTOS

8.1. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Pessoal		
Adiantamento a colaboradores	242	-
Seguros antecipados	22	16
Operacional		
Fornecedores antecipados	1.954	201
Seguro de veículos	874	631
Outros	50	29
Total	3.142	877
Ativo		
Circulante	3.092	877
Não circulante	50	-
Total	3.142	877



9. INVESTIMENTOS

9.1. Política contábil

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem poder de decisão sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas na demonstração financeira consolidadas desde a data que o Grupo detém do controle ou até a data em que o controle deixa de existir.

Saldos e movimentações oriundos de transações intragrupo, seja receitas, despesas, ativos e passivos, são eliminadas no mesmo período da sua ocorrência.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Toda e quaisquer variação patrimonial da investida, seja por ajustes patrimoniais ou outros resultados abrangentes, deverão ser refletidos no patrimônio líquido da controlada de forma reflexa.

9.2. Composição

A Evolution Mobility S/A é controlada pela Infra BR V Mobilidade Holding I S.A. que tem 100% de participação acionária.

	EVM Evolution Mobility S.A.	
	12M25	12M24
Ativo circulante	37.408	16.609
Ativo não circulante	290.704	176.426
Ativo total	328.112	193.035
Passivo circulante	26.316	21.019
Passivo não circulante	5.532	475
Passivo total	31.848	21.494
Patrimônio líquido	296.264	171.541



9.3. Movimentação

	EVM Evolution Mobility S.A.	IBH XIV	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	1	-	1
Aporte de capital em controlada	183.399	-	183.399
Equivalência patrimonial (i)	(11.859)	-	(11.859)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	171.541	-	171.541
Aporte de capital em controlada	123.900	-	123.900
Investimento em coligada (nota explicativa 2.3)	-	24.809	24.809
Equivalência patrimonial (i)	823	3	826
Perda decorrente de variação de participação societária (i) (nota explicativa 2.3)	-	(24.704)	(24.704)
Perda de investimento por extinção da coligada	-	(108)	(108)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	296.264	-	296.264

(i) Em 31 de dezembro de 2025 foi registrada equivalência patrimonial negativa de R\$ 23.925 (R\$ 11.859 de equivalência patrimonial positiva em 31 de dezembro de 2024)

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1. Política contábil

10.1.1. Reconhecimento e mensuração

Todos os ativos imobilizados e intangíveis serão registrados ao custo de aquisição, acrescentados de todos os esforços para colocá-los em operação. Segue exemplificação abaixo da principal classe de ativo imobilizado do Grupo “Veículos Elétricos”:

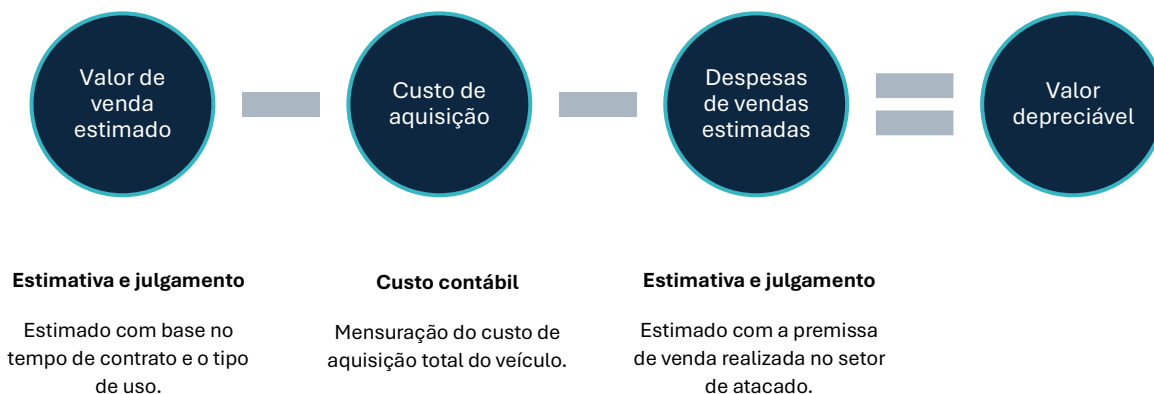


10.1.2. Mensuração após o reconhecimento

Após o veículo ser reconhecido, mensurado e entrar em operação, o Grupo utiliza o método do custo amortizado para mensurar seu valor ativo através da depreciação ou por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Para determinar o valor depreciável dos Veículos Elétricos, o Grupo utiliza estimativas e premissas para determinar o valor residual, porém, para as demais classes de ativo, o Grupo entende não haver valor residual visto que tais ativos são adquiridos para serem utilizados durante toda vida útil do bem.



Seguem premissas adotadas para determinação do valor depreciável dos veículos elétricos:



Depreciação e amortização

Abaixo o resumo de taxa de depreciação e vida útil por classe de imobilizado e intangível i:

Bens taxa efetiva a.a. – econômica taxa nominal a.a. – fiscal	
IMOBILIZADO	INTANGÍVEL
Veículos elétricos 2025 - 12,31% 2024 – 8,84% 20 até 33% a.a. 3 até 5 anos Impacto depreciação: Custo	Equipamentos operacionais 2025 – 19,10% 2024 – 16,12% 25% a.a. 4 anos Impacto depreciação: Custo
	Software 2025 – 63,01% 2024 – 33,85% 20 até 50% a.a. 2 até 5 anos Impacto depreciação: Despesa

A Companhia efetuou o estudo de depreciação em 2025, porém não identificou a necessidade de ajuste. O aumento na taxa efetiva da depreciação econômica refere-se somente a mudança de mix dos veículos na frota.

A diferença entre a vida útil fiscal e a vida útil econômica dos veículos elétricos gera uma diferença temporária de Imposto de Renda e Contribuição Social, devido a vida útil fiscal ser menor. A vida útil econômica dos veículos elétricos é calculada de acordo com o contrato firmado com o cliente, sendo calculada por cada projeto. Esta diferença temporária gera um passivo fiscal diferido.

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Sempre que houver indícios de perdas substanciais para um determinado ativo, o Grupo aplicará a análise de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) analisando o recuperável e o valor em uso ou valor justo líquido de despesa de venda. Sempre que o valor recuperável for menor, o Grupo registrará esta perda da diferença entre o valor em uso ou valor justo líquido até o valor recuperável.



Como a classe principal do ativo, os Veículos Elétricos são negociados regularmente onde o Grupo acompanha ativamente o seu valor de mercado e o seu recuperável é garantido na precificação do contrato. Logo quando o Grupo firma um contrato o retorno do principal é garantido naquele determinado prazo, por isso o Grupo preferencialmente trabalha com contratos de médio e longo prazo, garantido todo o retorno do ativo.

Toda perda por valor recuperável será contabilizada como despesa quando for aplicável.

Baixa de ativos

As baixas de ativos no segmento ocorrem principalmente pelos seguintes motivos: desmobilização por finalização do contrato de locação (transferência para ativos mantidos para venda ou estoque), por perda total do ativo ou por roubo e furto. Abaixo o resumo do impacto no resultado quando houver um desses eventos:

<u>Evento</u>	<u>Impacto</u>
Venda de veículos elétricos	Custo
Venda demais ativos	Despesa
Perda do ativo	Despesa
Roubo ou furto	Despesa



10.2. Composição e movimentação do imobilizado e do intangível

	Consolidado						Acumulado	
	Movimentação					12M25	Custo	Depreciação
	12M24	Adições	Transferência	Baixas	Depreciação			
Veículos	137.447	41.749	29.869	(617)	(21.930)	186.518	211.897	(25.379)
Equipamentos para locação	883	3.021	902	-	(628)	4.178	4.876	(698)
Equipamentos de TI	324	211	-	-	(86)	449	555	(106)
Móveis e utensílios	3	166	-	-	(4)	165	169	(4)
Ativo de direito de uso - Imóveis	-	4.112	-	-	(137)	3.975	4.112	(137)
Imobilizado em implantação	31.647	89.527	(30.771)	-	-	90.403	90.403	-
Total do ativo imobilizado	170.304	138.786	-	(617)	(22.785)	285.688	312.012	(26.324)
Software	12	-	-	-	(10)	2	16	(14)
Total de ativo intangível	12	-	-	-	(10)	2	16	(14)
Total geral	170.316	138.786	-	(617)	(22.795)	285.690	312.028	(26.338)

	Consolidado						Acumulado	
	Movimentação					12M24	Custo	Depreciação
	12M23	Compra	Transferência	Baixas	Depreciação			
Veículos	-	140.896	-	-	(3.449)	137.447	140.896	(3.449)
Equipamentos para locação	-	953	-	-	(70)	883	953	(70)
Equipamentos de TI	-	344	-	-	(20)	324	344	(20)
Móveis e utensílios	-	3	-	-	-	3	3	-
Imobilizado em implantação	-	31.647	-	-	-	31.647	31.647	-
Total do ativo imobilizado	-	173.843	-	-	(3.539)	170.304	173.843	(3.539)
Software	-	16	-	-	(4)	12	16	(4)
Total de ativo intangível	-	16	-	-	(4)	12	16	(4)
Total geral	-	173.859	-	-	(3.543)	170.316	173.859	(3.543)



11. FORNECEDORES

11.1. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Fornecedores operacionais		
Montadoras	10.447	14.353
Fornecedores de apoio operacional	4.699	10
Outros fornecedores		
Outros fornecedores	393	83
Total	15.539	14.446

12. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

12.1. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Tributos sobre a folha	767	531
Provisão de férias e encargos	1.323	749
Provisões de bônus e premiações	6.341	5.167
Total	8.431	6.447

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

13.1. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Depósitos caução de clientes	2.071	466
Provisão de contas a pagar	1.367	75
Provisão de seguros autogestão	494	-
Outros	67	29
Total	3.999	570
Passivo		
Passivo circulante	1.928	95
Passivo não circulante	2.071	475
Total	3.999	570



14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

14.1. Política contábil

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Se o montante das diferenças temporárias for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributários futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existente, com base nos planos de negócios do Grupo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

14.2. Composição dos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	12M25	12M24
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	16.491	7.095
Provisão de bônus e premiações	2.156	1.757
Provisão de contas a pagar	518	22
Perdas esperadas com contas a receber de clientes	18	18
Provisão seguro autogestão	168	-
Juros sobre arrendamento	26	-
Despesas com amortização de direito de uso	47	-
Despesa financeira com AVP	80	-
Total de impostos diferidos ativo	19.504	8.892
Depreciação dos veículos (econômica x fiscal)	(14.676)	(2.782)
Total de impostos diferidos passivo	(14.676)	(2.782)
Total de impostos diferidos líquido	4.828	6.110
Ativo não circulante	19.504	8.892
Passivo não circulante	(14.676)	(2.782)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido líquido	4.828	6.110

**14.3. Movimentação dos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:**

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	6110
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.110
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	(1.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.875

14.4. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	12M25	12M24
Prejuízo antes dos impostos diretos	(22.749)	(18.128)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquota combinada	7.735	6.164
Adições Permanentes		
Despesas indedutíveis	(536)	-
Exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(8.398)	-
Ajustes		
Não constituição de diferido sobre prejuízo fiscal (Controladora)	(36)	(54)
Imposto de renda e contribuição social alíquota combinada	(1.235)	6.110
Alíquota efetiva	5,4%	(34%)
Corrente	-	-
Diferido	(1.235)	6.110
Total impacto dos impostos no resultado	(1.235)	6.110

15. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**15.1. Política contábil**

As provisões de riscos são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



15.2. Composição e movimentação das provisões

O Grupo não apresentou saldo e movimentação de provisões provável devido a inexistência de processos para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. também não há custas ou processos jurídicos passivos com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1. Capital social

Em novembro de 2025 foi aprovada e deliberado o aumento de capital do Grupo por meio da aprovação da AGE, passando a ser o capital social de R\$ 350.000 (R\$ 300.000 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 350.000.000 (300.000 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias (em unidades), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Grupo em 31 de dezembro de 2025 possuía o montante de R\$ 332.432 integralizado (R\$ 224.447 em 31 de dezembro de 2024).

17. RECEITA LÍQUIDA

17.1. Política contábil

Os contratos de locação celebrados pelo Grupo e seus clientes são de médio e longo prazo (de 4 a 8 anos) em troca de contrapartida de uma contraprestação fixa mensal, faturados mensalmente. O Grupo mede e emite a fatura todo final de mês.

Contemplam o faturamento bruto os seguintes itens: valor locação de veículos, locação extra de carregadores elétricos, taxas administrativas de serviços extraordinários e serviços de intermediações extraordinários. O faturamento está sujeito a glosas (cancelamentos parciais), quando incorridos essas glosas são contabilizadas na rubrica de descontos e cancelamentos. Atualmente sobre a receita bruta de locação deduzida dos descontos e abatimentos incidem impostos de PIS 1,65% (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) 7,60%, e 5% de ISS (Impostos sobre Serviços) nos casos de serviços de intermediação de negócios.

As receitas são reconhecidas quando os benefícios econômicos podem ser mensurados de forma confiável e sua liquidação for provável. As receitas são mensuradas ao valor justo da contraprestação líquida.

Por se tratar de contratos de longo prazo, todos os riscos e benefícios significativos são transferidos ao cliente ao longo do tempo (ao longo do contrato).



17.2. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Receita bruta operacional		
Locação de veículos	58.951	7.410
	58.951	7.410
(-) Deduções		
(-) Descontos e cancelamentos	(11)	(4)
(-) Impostos sobre locações	(5.411)	(685)
	(5.474)	(689)
Total	53.477	6.721

O Grupo obteve aproximadamente 76,7% de sua receita de locação provenientes de dois clientes significativos que são operadores logísticos. O Grupo continua prospectando novos clientes e implementando estratégias para diversificar sua base de clientes.



18. GASTOS POR NATUREZA

18.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	12M25	12M24	12M25	12M24
Gastos com pessoal	-	-	(24.916)	(16.727)
Gastos com serviços tomados	(8)	(165)	(5.564)	(4.942)
Serviços de consultorias administrativas	(8)	(165)	(3.620)	(3.656)
Serviços de representações comerciais	-	-	(1.377)	(1.075)
Serviços de marketing	-	-	(567)	(211)
Gastos com a operação e frotas	-	-	(29.385)	(4.682)
Depreciação de veículos	-	-	(22.536)	(3.449)
Gastos com IPVA	-	-	(1.686)	(496)
Gastos com manutenção e suporte à operação	-	-	(5.163)	(737)
Gastos com infraestrutura	-	-	(1.948)	(782)
Aluguéis, seguros e outros	-	-	(1.510)	(592)
Amortização de direito de uso - imóveis	-	-	(137)	-
Depreciação de outros ativos	-	-	(122)	(96)
Manutenção, conservação e outros	-	-	(179)	(94)
Resultado de veículos baixados	-	-	(413)	-
Recebimento de indenização de veículos	-	-	269	-
Custo de veículos baixados	-	-	(682)	-
Perda em investimento	(108)	-	(108)	-
Créditos fiscais	-	-	6.040	933
Total	(116)	(165)	(56.294)	(26.200)
Custos de prestações de serviços	-	-	(26.079)	(4.974)
Despesas administrativas	(8)	(165)	(25.297)	(19.942)
Despesas comerciais	-	-	(4.399)	(1.284)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(108)	-	(519)	-
Total	(116)	(165)	(56.294)	(26.200)



19. RECEITA FINANCEIRA

19.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	12M25	12M24	12M25	12M24
Receitas financeira				
Rendimentos sobre aplicação financeira	17	8	4.859	1.416
Receita com juros sobre recebimentos	-	-	171	-
Descontos obtidos	-	-	6	72
Ajuste a valor presente	-	-	237	-
Impostos sobre receitas financeiras	(5)	(2)	(258)	(81)
	12	6	5.015	1.407
Despesas financeira				
Atualização monetárias e juros passivo	(2)	-	(165)	(3)
Juros sobre arrendamento de direito de uso	-	-	(77)	-
Descontos concedidos	-	-	(3)	-
	(2)	-	(245)	(3)
Total	10	6	4.770	1.404

20. RESULTADO POR AÇÃO

20.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (integralizadas) durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado somando o efeito de ações que potencialmente podem ser adquiridas em opções de compra de ações/pagamentos baseado em ações. A quantidade de ações em circulação ponderada são as mesmas para o cálculo básico e diluído.

20.2. Composição

	Consolidado	
	12M25	12M24
Resultado do exercício:	(24.031)	(12.018)
Média ponderada de ações em circulação	255.344.042	85.441.415
Resultado por ação:	(0,09)	(0,14)



21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R\$ 12.207 (R\$ 6.704 em 31 de dezembro de 2024) a título de remuneração e benefícios de curto prazo. O aumento da remuneração decorre da conclusão da composição do quadro efetivo da Diretoria ao longo do exercício de 2024 e de 2025. Assim, no exercício de 2025, os gastos com remuneração passam a ser reconhecidos em sua totalidade, refletindo a estrutura completa da administração.

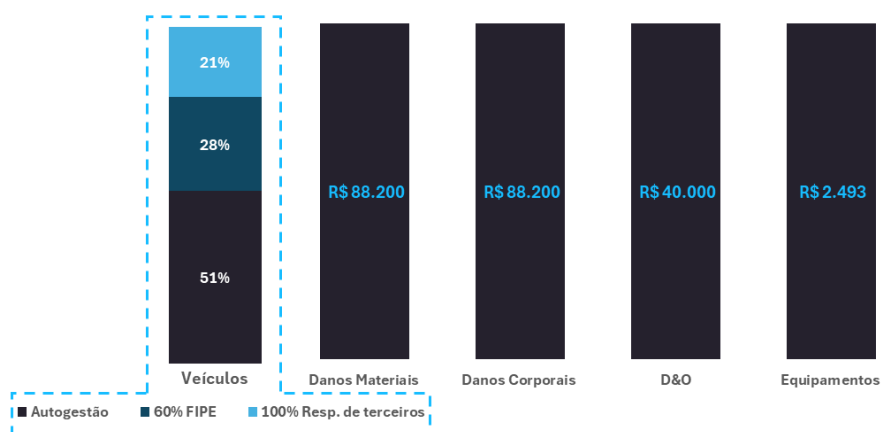
22. SEGUROS

22.1. Política contábil

O Grupo mantém a política de contratar cobertura de seguros para: os bens sujeitos a risco e seguro para os administradores. 72% dos veículos do Grupo atualmente são assegurados sendo contratado por parte do cliente ou contratados direto pelo Grupo.

22.2. Composição

A seguir o limite de cobertura de indenizações dos seguros contratados:



23. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

23.1. Arrendadora

O Grupo atua como arrendadora nos contratos de locações onde transfere o direito de uso dos veículos, equipamentos e carregadores necessários para utilização dos veículos com prazos médios entre 4 e 8 anos, sendo mais comum até 5 anos. Logo esses contratos não representam a maior parte da vida útil destes ativos, no qual podem ser utilizados em mais ciclos de locação ou desmobilizados para renovação de frota. Todos os veículos retornam para o Grupo que por si só tem a responsabilidade de dar um novo direcionamento. Adicionalmente, os veículos podem ser adquiridos ao final do contrato ao valor de mercado vigente na época.

Como arrendador o Grupo apresenta a análise de vencimento dos fluxos de recebimentos bruto previstos ao longo dos anos dos veículos implantados.



23.2. Arrendatário

Direito de uso - Imóveis	12M25	12M24
Passivo de arrendamento no início do exercício	-	-
Adições	4.112	-
Pagamento	(327)	-
Juros apropriados	77	-
Passivo de arrendamento no final do exercício	3.862	-
Circulante	399	-
Não circulante	3.463	-
Total	3.862	-

A taxa de desconto utilizada foi de 13,8% (taxa média de custo de capital da Companhia) por se tratar de arrendamento de imóveis, o mesmo não gera crédito de PIS/COFINS.

24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DO FLUXO DE CAIXA

24.1. Política contábil

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em conformidade ao pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.



24.2. Imobilizado operacional

O Grupo compra caminhões e vans para expansão de sua frota e parte destas aquisições não afetam o caixa do Grupo diretamente. Segue abaixo a demonstração dessas aquisições que não tiveram saída de caixa:

Reconciliação das adições do imobilizado com o fluxo de caixa	Notas	12M25	6M24
Adições de veículos do ativo imobilizado	10	41.749	140.896
Adições de equipamentos para locação	10	3.021	953
Adições de veículos em implantação	10	89.527	31.647
Adições de direito de uso - imóveis	10	4.112	-
(-) Adições de direito de uso a pagar	23.1	(4.112)	-
(-) Variação de fornecedores montadoras	11	3.906	-
Total contratado		138.203	173.496